

A NOÇÃO DE INCERTEZA NOS PÓS-KEYNESIANOS E INSTITUCIONALISTAS: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

Fernando Ferrari Filho*
Octavio Augusto Camargo Conceição**

*“There seems to me to be no other economist with whose
general way of thinking I feel myself in such genuine accord”*

Keynes para Commons (1927)

Resumo: O objetivo do artigo consiste em mostrar que as teorias pós-keynesiana e institucionalista têm pontos de confluência que nos levam, não somente a entender as instabilidades das economias monetárias, mas, principalmente, a compreender a relevância do papel das instituições no processo de coordenação das mesmas

Palavras-chave: Teoria Pós-Keynesiana; Teoria Institucionalista; Incerteza

Abstract: This article aims at showing that Post Keynesian theory and Institutional theory have some common points that help us to understand not only the instability of the monetary economies, but, mainly, the importance of the institutions in the co-ordination process of a monetary economy

Key words: Post Keynesian Theory; Institutional Theory; Uncertainty

Área de classificação da ANPEC: 01

Área de classificação do *Journal of Economic Literature*: B15 e B22

* Professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do CNPq. E-mail: ferrari@ufrgs.br

** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e economista da Fundação de Economia e Estatística/RS. E-mail: octavio@fee.tche.br

INTRODUÇÃO

Keynes e os pós-keynesianos mostram que, em um mundo incerto e desconhecido, os agentes preferem reter moeda ao invés de tomar decisões de gastos. O resultado dessa racionalidade é a insuficiência de demanda efetiva. Os institucionalistas, por sua vez, entendem que o “ambiente econômico” não tem nenhuma referência com a noção de equilíbrio. Em ambas as correntes, podemos observar pelos menos dois aspectos essenciais à compreensão da dinâmica das economias contemporâneas, quais sejam: (i) a economia é um processo histórico e (ii) as instituições, tanto econômicas quanto políticas, são imprescindíveis para “modelar” os eventos econômicos. Nesse sentido, as teorias pós-keynesiana e institucionalista objetivam responder as seguintes perguntas: Como ocorre o processo de decisão racional dos agentes? Mais especificamente, como os agentes formam suas expectativas para poupar ou investir? Por que eles retêm (ou não) moeda? Pode o ambiente institucional influir nas referidas decisões? E de que forma? As respostas para essas questões constituem-se no próprio *link* entre as referidas teorias: o conceito de incerteza.

Incerteza é o elemento fundamental da teoria de Keynes. Conforme Minsky (1975, p.57) para entender Keynes “*it is necessary to understand his sophisticated view about uncertainty, and the importance of uncertainty in his vision of the economic process. Keynes without uncertainty is something like Hamlet without the Prince*”. Para os institucionalistas o conceito de incerteza perpassa, entre outros aspectos, a idéia de racionalidade limitada elaborada por Simon (1983), através da qual, diante de informações incompletas, as estratégias são caracterizadas por convenções.

O objetivo do artigo é mostrar que as teorias pós-keynesiana e institucionalista têm pontos de confluência que nos levam, não somente a entender as instabilidades das economias contemporâneas, mas, principalmente, a compreender a relevância do papel das instituições no processo de coordenação das mesmas.

O artigo está dividido em três seções. Inicialmente, explora-se o conceito de economia monetária desenvolvido por Keynes e pelos pós-keynesianos. A idéia é mostrar que as expectativas dos indivíduos, imprescindíveis para as tomadas de decisão dos mesmos, estão diretamente relacionadas a um cenário de ambiente institucional favorável. A seção seguinte, trabalha a idéia de incerteza na teoria institucionalista. Por fim, a última seção apresenta breves considerações, aproximando as duas correntes teóricas.

1. INCERTEZA E MOEDA: A ESSÊNCIA DA ECONOMIA MONETÁRIA DE KEYNES

O principal legado de Keynes consiste em mostrar a lógica de funcionamento de uma economia monetária¹. Nessa, flutuações de demanda efetiva e no nível de emprego ocorrem, porque, em um mundo no qual o futuro é incerto e desconhecido, os indivíduos preferem reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gastos, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas. Nas palavras de Keynes (1973b, p.411, negritos

¹ Conforme Keynes (1964, p.vii), uma “*monetary economy ... is essentially one in which changing views about the future are capable of influencing the quantity of employment and not merely its direction*”.

adicionados), “*booms and depressions are phenomena peculiar to an economy in which ... money is not neutral*”.

Por que, na Economia de Keynes, moeda deixa de ser neutra? Em outras palavras, por que a retenção de moeda, por parte dos indivíduos, se constitui em uma forma de segurança contra a incerteza em relação aos seus planos de transações e produção, condicionando, assim, a dinâmica do processo produtivo? A explicação encontra-se no capítulo 17 do livro de Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de agora em diante denominado *GT*.

No referido capítulo, Keynes mostra que a moeda é um ativo que se diferencia dos demais devido às suas propriedades essenciais, quais sejam: por um lado, sua elasticidade de produção é zero – isto é, moeda não é produzida pela quantidade de trabalho que o setor privado incorpora no processo produtivo; por outro, a elasticidade-substituição da moeda é nula, o que quer dizer que nenhum outro ativo, não-líquido, exerce as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor que são desempenhadas pela moeda.

As referidas propriedades da moeda são fundamentais para caracterizar a importância que a moeda exerce em uma economia monetária: ao ser a segurança contra a incerteza, ela aproxima, através de contratos monetários, passado, presente e futuro, coordenando, assim, a atividade econômica. Conforme Davidson (1994, p.87), “*in a world where people cannot reliably predict future ... the ... existence of money and money contracts over an uncertain future ... [are the bases] of a monetary system*”. Nesse sentido, os contratos denominados em unidades monetárias representam a instituição de uma economia monetária.

O princípio da demanda efetiva, essência da revolução keynesiana, é desenvolvido a partir da idéia de não-neutralidade monetária: existe possibilidade de insuficiência de demanda devido ao fato de que os indivíduos utilizam renda na forma de riqueza não-reprodutível, ao invés de utilizá-la para a aquisição de bens produzidos por trabalho. Em outras palavras, a preferência pela liquidez inibe as decisões de gastos dos indivíduos, afetando, assim, a atividade econômica. Em síntese, pelo princípio da demanda efetiva, as crises econômicas manifestam-se, porque moeda é uma forma alternativa de riqueza.

A questão central da teoria keynesiana, portanto, diz respeito à relação entre incerteza e moeda. A teoria pós-keynesiana resgata este *insight* de Keynes: flutuações de demanda efetiva estão relacionadas à preferência pela liquidez dos indivíduos como forma de segurança contra a incerteza. Nesse sentido, os pós-keynesianos, ao investigarem os principais trabalhos de Keynes reunidos nos *Collected Writings*, desenvolvem uma estrutura teórico-analítica na qual a revolução keynesiana é analisada em um contexto de teoria monetária da produção². Nas palavras de Keynes, em uma economia monetária da produção

“money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of money between the first state and the last”. (1973b, pp.408-409, negrito adicionado).

² Uma interessante análise sobre os princípios e dinâmica da teoria monetária da produção é apresentada por Cardim de Carvalho (1992, Capítulo 3).

Pela citação acima, percebe-se, não somente a importância que a moeda desempenha em economias monetárias, mas, também, a relação entre moeda e incerteza. Assim sendo, em uma economia monetária da produção, a não-neutralidade da moeda diz respeito à compreensão do processo de decisão dos indivíduos em um contexto de incerteza.

Mas o que é incerteza? Em artigo de 1937, intitulado *The General Theory of Employment*³, escrito com a finalidade de responder aos críticos da GT, Keynes apresenta o conceito de incerteza, qual seja:

*“By ‘uncertain’ knowledge, let me explain, I do not mean merely to distinguish what is known for certain from what is only probable. The game of roulette is not subject, in this sense, to uncertainty ... Or ... the expectation of life is only slightly uncertain. Even the weather is only moderately uncertain. The sense in which I am using the term is that in which the prospect of a European war is uncertain, or the price of copper and the rate of interest twenty years hence ... About these matters there is no scientific basis on which to form any calculable probability whatever. We simply **do not know**”.* (Keynes, 1973c, pp.113-114, negritos adicionados).

Pela referida passagem, quando Keynes diz que a roleta não é incerta, o que quer dizer é que incerteza não está relacionada às probabilidades obtidas com frequências relativas. Por sua vez, como exemplo de incerteza, Keynes argumenta que o preço do cobre nos próximos vinte anos é “simplesmente algo que desconhecemos”. Em nosso ponto de vista, Keynes pode estar querendo dizer que vinte anos são um período tão longo que condições sociais, econômicas e políticas, vigentes no passado, já não existam e, portanto, as formas de extrapolação dos eventos se modificaram. Nesse sentido, a noção de incerteza em Keynes é que pessoas são ignorantes quanto ao futuro. Em outras palavras, Keynes define como incerto os fenômenos para os quais não temos base científica para atribuir probabilidades.

A passagem acima nos remete à distinção entre risco e incerteza, sugerida tanto por Keynes, em seu *A Treatise on Probability*, doravante TP, quanto por Knight, em *Risk, Uncertain and Profit*. Risco é a situação na qual a tomada de decisão acerca de um determinado evento é realizada em um contexto em que a distribuição de probabilidade do evento é conhecida, ao passo que incerteza caracteriza a situação na qual a tomada de decisão sobre um evento específico é realizada em um contexto em que inexistente uma distribuição de probabilidade para o mesmo⁴.

Ainda no artigo de 1937, percebe-se a relação entre incerteza e moeda: incerteza é a razão principal para a ocorrência de flutuações de investimento e preferência pela liquidez. Nas palavras de Keynes (Ibid., p.116, negritos adicionados),

*“our desire to hold money as a store of wealth is a barometer of the degree of our distrust of our **calculations and conventions** concerning the future ... The possession of actual money lulls our disquietude;*

³ O referido artigo está reproduzido em Keynes (1973c).

⁴ Na visão Keynes-Knightiana, incerteza é uma “probabilidade” não-mensurável e risco é uma probabilidade mensurável.

and the premium which we require to make us part with money is the measure of the degree of our disquietude”.

Se em uma economia monetária a incerteza não pode ser modelada de forma determinística, então, as tomadas de decisão dos agentes passam a ser realizadas a partir de convenções. Conforme Keynes (1964, p.148),

*“it would be foolish, in forming our expectations, to attach great weight to matters which are very uncertain⁵ ... The state of long-term expectation, upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the **confidence** in which we make this forecast”.*

Nesse sentido, porque o futuro é incerto, os indivíduos, mais especificamente os investidores, seguem seus instintos, caracterizados pelo que Keynes chamou de *animal spirits*. Em outras palavras, o estado de confiança dos indivíduos é construído a partir de convenções. Portanto, a adoção de convenções, por parte dos agentes, é a solução parcial dos problemas de incerteza.

Essa idéia, de certa maneira, está relacionada ao conceito de probabilidade que Keynes desenvolve no *TP*. Na referida obra, Keynes mostra que o conhecimento intuitivo é de suma importância para a formação de uma crença racional. Assim sendo, probabilidade é definida como uma relação lógica na qual

*“we are claiming, in fact, to recognize correctly a logical connection between one set of propositions which we call our evidence and which we suppose ourselves to know, and another set which we call our conclusions, and to which we attach more or less **weight** according to the grounds supplied by the first”* (Keynes, 1973a, p.6, negrito adicionado).

Tendo como referência a passagem acima, percebe-se que Keynes discute probabilidade como um conhecimento que é obtido por argumentos em que os termos *certo* e *provável* descrevem os graus de crença racional. Em outras palavras, a teoria da probabilidade de Keynes consiste de uma lógica na qual o grau de crença racional é sustentado em determinadas circunstâncias. Probabilidade é parte de um processo de aprendizado.

Nesse particular, Dequech (1998) argumenta que há um paralelo entre o *TP* e a *GT*: no primeiro, tem-se o binômio probabilidade-*weight*, ao passo que na *GT* é acentuado o binômio expectativas-estado de confiança⁶. Nesse sentido, incerteza e processo de decisão sob condições de incerteza, que são fundamentais na teoria de Keynes, estão tanto no *TP* quanto na *GT*.

⁵ De acordo com Keynes (1964, p.148), “‘very uncertain’ [does not] mean the same thing as ‘very improbable’”.

⁶ Dequech (1998, p.22) enfatiza a relevância da noção de *weight* na teoria da probabilidade de Keynes: “*Weight has to do with the evidence or which the probability relation is based ... Weight represents either the amount or relevant evidence (as opposed to probability, which depends on the balance of favourable and unfavourable evidence) or the evidence’s degree of completeness*”.

Como os agentes formam suas expectativas no *real world*? Para os pós-keynesianos, não são as análises de séries estatísticas ou de crenças justificadas no passado que fazem com que os agentes decidam suas ações futuras; muito pelo contrário, as tomadas de decisão são classificadas como ambientes de verdadeira incerteza. Davidson (1994), por exemplo, ao classificar as expectativas como sendo geradas por processos ergódico e não-ergódico, enfatiza a natureza da incerteza não-mensurável. Por um lado, processo ergódico é o processo de risco movendo-se ao longo do tempo no qual a incerteza é mensurável pelas leis da probabilidade⁷. Nesse processo, conforme Davidson (Ibid., p.90), “*the future is merely the statistical reflection of the past*”. Por outro, processo não-ergódico é o processo movendo-se ao longo do tempo no qual a incerteza é não-mensurável e, portanto, as leis da probabilidade não se aplicam. Em suma, risco, por supostos probabilísticos, pode ser reduzido a certeza, enquanto incerteza não.

Indo ao encontro da taxinomia de Davidson, em um mundo não-ergódico, em que há incerteza, os contratos monetários⁸ e a demanda por liquidez são fundamentais para as tomadas de decisão na presença de incerteza. Nesse sentido, as decisões dos agentes, sob incerteza em um mundo real não-ergódico, rejeitam qualquer decisão probabilística.

Assim sendo, é a existência de incerteza que explica a volatilidade do investimento e, por conseguinte, a racionalidade por preferência pela liquidez, ocasionando, assim, flutuações de demanda efetiva e desemprego. A decisão de investir tem como base a ótica da intuição: o *animal spirits* de Keynes. Por sua vez, a decisão de entesourar moeda, também uma convenção, permite manter liquidez e postergar as irreversíveis tomadas de decisão. Incerteza, portanto, é a razão para as pessoas reterem moeda. Quanto maior a incerteza em relação às expectativas dos agentes econômicos, mais esses estarão inclinados a postergar decisões de gasto e, por conseguinte, a preferência pela liquidez crescerá. Desse modo, *animal spirits* e preferência pela liquidez estão intimamente relacionados e têm uma relação inversa.

Keynes, no capítulo 12 de sua *GT*, mostra que as expectativas dos indivíduos não são determinadas pelos fundamentos de longo prazo que estão relacionados ao rendimento esperado de um ativo, uma vez que as informações necessárias à formação dessas podem não existir. Para Keynes, a atividade econômica é operacionalizada conforme o calendário de um tempo histórico: as decisões dos agentes são realizadas tendo como referência a irreversibilidade do passado e a imprevisibilidade e o desconhecimento do futuro. Nas palavras de Keynes (1964, p.152),

“philosophically speaking, it cannot be uniquely correct, since our existing knowledge does not provide a sufficient basis for a calculated mathematical expectation. In point of fact, all sorts of considerations enter into the market valuation which are in no way relevant to the prospective yield”.

Logo, o cenário futuro, sob o qual se tem que tomar decisões, é inferido a partir de um estado de confiança. Conforme Keynes (Ibid., p.148), a expectativa de longo prazo

⁷ Mais especificamente, processo ergódico é o processo no qual o valor esperado da distribuição de probabilidade de uma variável pode ser sempre estimado a partir de suas observações passadas.

⁸ Na argumentação de Davidson (1994, p.17), sem contratos uma economia monetária não existiria, visto que são esses que reduzem a incerteza sobre os valores futuros das variáveis nominais.

“upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the **confidence** with which we make this forecast”. Esse estado, por sua vez, constitui-se em uma convenção cuja “essence ... lies in assuming that the existing state of affairs will continue indefinitely, except in so far as we have specific reasons to expect a change. This does not mean that we really believe that the existing state of affairs will continue indefinitely” (Ibid., p.152).

As passagens acima nos remetem à diferença entre decisões *ex ante* e resultados *ex post*, que, em última instância, mostra que, em uma economia monetária, as expectativas são desapontadas. Conforme Keynes, em um mundo no qual os indivíduos não conseguem prever o futuro,

“previous expectations are liable to disappointment and expectations concerning the future affect what we do to-day. It is when we have made this transition that the peculiar properties of money as a link between the present and the future must enter into our calculations ... Money ... is, above all, a subtle device for linking the present to the future; and we cannot even begin to discuss the effect of changing expectations on current activities except in monetary terms ... So long as there existis any durable asset, it is capable of possessing monetary attributes and, therefore, of giving rise to the characteristic problems of a monetary economy” (Ibid., pp.293-294).

Portanto, mais uma vez, voltamos ao ponto central da teoria keynesiana: economias monetárias são inerentemente instáveis devido ao fato de que as tomadas de decisão dos agentes econômicos têm como base um ambiente de incerteza. Nesse contexto, as expectativas dos agentes econômicos são modificadas constantemente ao longo do tempo.

Mas como as expectativas devem ser sinalizadas em um contexto no qual a incerteza não pode ser eliminada? Para que as expectativas, apoiadas tanto no comportamento convencional quanto no *animal spirits*, sejam menos instáveis, Keynes argumenta que o “State will have to exercise a guiding influennce on the propensity to consume ... [on the] optimum rate of investment ... [Moreover] a somewhat comprehensive socilisation of investment will prove the only means of securing an approximation to full employment”. (Ibid., p.378).

Pela referida passagem, a nosso juízo, pode ser interpretada de duas maneiras: por um lado, há aqueles que, tanto favoráveis quanto críticos à sistemática de uma economia regulada e administrada pelo Estado, entendem que a solução de Keynes para dinamizar a demanda efetiva é **tão-somente** a intervenção estatal; por outro, a idéia de “socialização do investimento” pode estar relacionada aos mecanismos institucionais endógenos criados pela sociedade para que as tomadas de decisões dos indivíduos sejam realizadas de maneira menos adversa possível. Entendendo que a segunda interpretação parece ser sensata no sentido de Keynes, os pós-keynesianos consideram que as instituições são importantes para determinar eventos e resultados econômicos. Assim sendo, *institutions matter*.

2. INCERTEZA E OS INSTITUCIONALISTAS

Se as instituições importam, como os institucionalistas se inserem nessa discussão? Há afinidade entre o campo de pesquisa institucionalista e a abordagem pós-keynesiana? O

que se procurará discutir nesta seção é que há afinidade entre ambos, embora o primeiro não disponha propriamente de uma teoria econômica estabelecida⁹, como foi logrado na original contribuição de Keynes, representada pela *GT*.

Sem desprezar os demais autores pós-keynesianos, tem-se em Minsky uma das mais expressivas contribuições no sentido de vincular a importância das instituições e do “ambiente institucional” aos princípios teóricos da *GT*. Sua ênfase recai sobre o caráter financeiro do capitalismo contemporâneo, que tem nas instituições sua principal forma de sustentação e credibilidade. Entretanto, as instituições, não raras vezes, também podem se subordinar a padrões de comportamento já superados, o que gera instabilidade e aumento de incerteza no sistema. Entretanto, mesmo sendo as instituições fundamentais para permitir o funcionamento “regular” do sistema, elas não impedem a ocorrência de crises periódicas e sistemáticas, já que ele é inerentemente subordinado a tais perturbações¹⁰.

Talvez este seja o ponto central que concilia o pensamento pós-keynesiano com os institucionalistas. Em ambos, a idéia de estabilidade, subordinada aos cânones do equilíbrio de longo prazo, é rejeitada. O ambiente institucional é necessariamente mutável, condicionado cultural e historicamente e sujeito permanentemente a mudanças e rearranjos. A vigência na economia de um processo de mudança e transformação estrutural, estranha ao corpo analítico ortodoxo, é fundamental às abordagens pós-keynesianas e institucionalistas, uma vez que constituem a própria **dinâmica** do sistema. Tentar compreendê-lo sem estes aspectos é o mesmo que pressupor um ambiente institucional **estático**, com regras “esvaziadas” de movimento histórico. A afirmativa de que o pensamento de Keynes e dos institucionalistas se opõe a tais fundamentos, não implica afirmar que as referidas concepções sejam similares, mas reconhecer que princípios básicos de crítica à economia capitalista e seu funcionamento são bastante próximos¹¹.

As idéias de Minsky reportadas acima se, de um lado, não podem ser caracterizadas como genuinamente institucionalistas, por outro lado, não podem ser vistas como um corpo estranho a tais concepções. A semelhança entre elas está na visão crítica do capitalismo devido a seu caráter inerentemente instável, determinado pela dominância de um processo de tomada de decisões permeado de incertezas. As idéias originais dos institucionalistas

⁹ Este ponto é explicitado em várias abordagens institucionalistas, que reivindicam a constituição de uma “teoria econômica institucional”. Vide Hodgson (1998) e Samuels (1995).

¹⁰ O artigo de Minsky (1996) explicita vários pontos comuns entre teoria keynesiana e institucionalismo. Seu ponto de partida é a carta de Keynes a Commons, que ilustra sua afinidade com os institucionalistas norte-americanos. Keynes (*apud*, Minsky, 1996) afirma que “*There seems to me to be no other economist with whose general way of thinking I feel myself in such genuine accord*”. E onde está tal semelhança? A resposta a esta questão remete à necessidade de compreensão de que: “*The current crisis of performance and confidence in the rich capitalist countries makes it necessary, once again, to think about the institutional prerequisites for successful capitalism*” (Ibid., p.357).

¹¹ Minsky (1996, p. 357) enfatiza que: “*relevant theory is not a compendium of propositions derived from axioms assumed to be universally true: theory is not a subdivision mathematics. Relevant theory is the result of the exercise of imagination and logical powers on observations that are due to experience: it yields propositions about the operation of an actual economy.*” Prossegue ainda o autor (Ibid., p.357): “*The current methodological fashion, where artificial economies are first specified, then simulated and finally deemed satisfactory (unsatisfactory) if it can be said that the general characteristics of the simulation are similar (dissimilar) to the general characteristics of a time series of constructs based upon observations (such as GNP), would most certainly have been anathema to both Keynes and to the institutionalists of his day. In today’s terminology, Keynes’s ‘beliefs’ are mental models that lead to propositions about the behavior of the ‘real world’ economy. This approach makes ‘real world’ outcomes dependent upon institutions*”.

norte-americanos, como Veblen, Commons e Mitchel, contemplam essa mesma perspectiva analítica. Veblen, reconhecido como o precursor do pensamento institucionalista¹², relaciona o conceito de instituições aos hábitos, regras e sua evolução, explicitando um forte vínculo das especificidades históricas com a abordagem evolucionária. Os institucionalistas (*lato senso*) têm em comum a preocupação de identificar *pontos de concordância*, que possam permitir a constituição de uma “teoria institucionalista” propriamente dita¹³.

Tomando como referência três institucionalistas contemporâneos, Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger, que se preocuparam em resgatar o corpo teórico institucionalista a partir de Veblen, buscar-se-á identificar o tratamento conferido à incerteza. O primeiro, vincula o pensamento vebleniano à corrente evolucionária, o segundo aproxima-se bastante de Hodgson, mas não vê incompatibilidade com os teóricos da Nova Economia Institucional (NEI) – como Coase, Williamson e North – e o último é o expoente mais ilustrativo do designado “institucionalismo radical”. Cabe salientar que a NEI, embora venha assumindo nos dias de hoje papel proeminente dentro do elenco de abordagens institucionalistas – havendo inclusive quem as considere “únicas” representantes da referida escola - não será tratada neste texto. Isto porque ela assume uma feição teórica mais próxima do campo analítico da organização industrial ou teoria da firma, do que da noção proposta pelas três abordagens acima mencionadas. Isto, entretanto, não implica reconhecer que o pensamento de Coase, Williamson e North não contemplem o ambiente de incerteza como um conceito central à definição de estratégias e decisões das firmas. Supor-se-á, para fins de simplificação, que as contribuições da NEI estejam implícitas na contribuição de Samuels, como será examinado no item 2.3.

2.1. HODGSON E A “CEGUEIRA DO PROCESSO EVOLUCIONÁRIO”

Para Hodgson (1998b), se abordagens institucionalistas conseguirem avançar na constituição de uma “Teoria Econômica **com** Instituições”, deverão relacionar atividade humana, instituições e natureza evolucionária do processo econômico, que, uma vez associado a outras instituições econômicas específicas, definirão diferentes tipos de economia. Assim, se existisse uma “teoria geral” institucionalista, sua generalidade estaria em desenvolver análises específicas e variadas de um fenômeno particular¹⁴.

¹² Geoffrey Hodgson (1998b), por exemplo, afirma que são nos escritos de Veblen – e em menor grau nos de Commons e Mitchel – que reside a matriz da Escola Institucionalista.

¹³ A multiplicidade de análises e enfoques confere a tais abordagens uma heterogeneidade bastante ampla, o que, como argumenta Warren Samuels (1995), é fator de riqueza e não de fragilidade teórica. Por essa razão, unificar as respectivas abordagens sob um único espectro teórico contrapõe-se à própria *natureza* institucionalista, que tem na *diversidade* seu traço heurístico mais expressivo.

¹⁴ Isto contrasta com a economia neoclássica, que possui uma estrutura teórica universal, relacionada ao comportamento e à escolha racional, que leva à teoria de preços, bem-estar econômico e assim por diante. A economia institucional, pelo contrário, não pressupõe que as concepções baseadas nos hábitos da atividade humana proporcionem uma teoria ou análise operacional. São necessários outros elementos, tais como demonstrar como grupos específicos de hábitos comuns estão “enraizados” (*embedded*) e são reforçados através de instituições sociais específicas. Neste sentido, o institucionalismo move-se do abstrato para o concreto. Ao contrário dos modelos teóricos *standard*, onde a racionalidade dos indivíduos é dada, o institucionalismo é construído sobre a psicologia, antropologia, sociologia e outras áreas de pesquisas sobre como as pessoas se comportam (Hodgson, 1998b, p.169)

O velho institucionalismo norte-americano de Veblen, Commons e Mitchel, centrou sua análise na importância das instituições, reivindicando uma genuína economia evolucionária. Entretanto, desenvolveu uma linha analítica mais descritiva, deixando para um segundo plano questões teóricas não-resolvidas, que alguns simpatizantes, como Gunnar Myrdal, qualificaram de “empiricismo ingênuo”¹⁵. E este é precisamente o ponto que torna os institucionalistas, evolucionários, pois a negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio (ou ajustamento marginal), reitera a importância da visão de processo de mudança e transformação, ambos inerentes ao pensamento de Veblen¹⁶. Sua abordagem tem três pontos centrais: a inadequação da teoria neoclássica em tratar inovações, supondo-as “dadas”, e, portanto, desconsiderando as condições de sua implantação; a preocupação, não com o “equilíbrio estável”, mas como ocorre a mudança e o conseqüente crescimento; e a ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica. Neste sentido, instituição é definida como resultado de uma situação presente, que molda o futuro, através de processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista.

A reiterada crítica ao pensamento neoclássico persiste pelo fato de o mesmo ter por pressuposto uma falsa concepção da natureza humana. O indivíduo é equivocadamente visto em termos hedonísticos, sendo um ente socialmente passivo, inerte e imutável (Veblen, 1919, p.73). A hipótese, rejeitada por Veblen, de que os indivíduos são supostamente tidos como dados, estabelece como alternativa sua própria tentativa em construir uma “teoria econômica evolucionária”, onde instintos, hábitos e instituições exerçam na evolução econômica um papel análogo aos gens na biologia (Veblen, 1899, *apud* Hodgson, 1993, p.17). Isto significa que linhas de ação habituais definem “pontos de vista”, através dos quais os fatos são percebidos. Por essa razão, a moderna antropologia e a psicologia vêm sugerindo que as instituições exercem um papel fundamental na definição da estrutura cognitiva para interpretar os dados, hábitos e rotinas na transformação de informações em conhecimento útil¹⁷. Portanto, o que une evolucionários e velhos institucionalistas é menos a ênfase nas instituições como “unidade de análise” – como o faz a NEI – e mais seu “corpo de conhecimento”, definido a partir de fundamentos e concepções teóricas similares, centradas, fundamentalmente, em uma visão de funcionamento da economia como *processo* sob uma *dinâmica evolucionária*.¹⁸

¹⁵ Para Hodgson (1993, p.13), o velho institucionalismo estabeleceu a importância das instituições e proclamou a necessidade de uma genuína economia evolucionária, mas perseguiu uma direção cada vez mais descritiva, deixando muitas das questões teóricas nucleares (*core*) sem resposta. O que mais o caracteriza é a rejeição aos pressupostos ontológicos e metodológicos do liberalismo clássico.

¹⁶ Conforme Hodgson (1993, p.15), o que Veblen estava buscando era precisamente uma teoria de como as inovações acontecem, não uma teoria sobre as condições de equilíbrio, após estarem estabelecidas as possibilidades tecnológicas. Para Veblen (1934, p.8), “a questão, não é como as coisas se estabilizam em um ‘estado estático’, mas como elas incessantemente crescem e mudam”. Veblen explorou tanto o processo de evolução econômica, quanto a transformação tecnológica e a maneira como a ação é moldada pelas circunstâncias.

¹⁷ A idéia de que rotinas nas firmas agem como gens foi desenvolvida por Nelson & Winter (1982). Apesar desses autores não fazerem referência a Veblen, trabalham mais próximo do velho institucionalismo do que do novo (Hodgson, 1993, p.17).

¹⁸ O clássico artigo de Veblen, *Why is economics not an evolutionary science?*, escrito em 1899, apesar de sugerir no título o caráter não-evolucionário da economia, revela, entretanto, muita proximidade com o referido pensamento. Para ele: “*The economic life history of the individual is a cumulative process of adaptation of means to ends that cumulatively change as the process goes on, both the agent and his environment being at*

Este processo de seleção ou coerção institucional implica que as instituições mudem, o que, mesmo sob a forma de mudanças graduais, pressiona o sistema por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. Em qualquer sistema social há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, exigindo constante reavaliação de comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes. Esta idéia de evolução em Veblen está intimamente associada ao “processo de causação circular”, podendo o referido autor ter sido o precursor dos estudos realizados por Gunnar Myrdal, Nicholas Kaldor e K. William Kapp. A amplitude e complexidade das idéias de Veblen o credenciam a estar incluído entre os grandes nomes do pensamento econômico, como Marx, Marshall, Keynes e Schumpeter. Para os objetivos deste artigo, a noção de “cegueira do processo evolucionário” talvez seja a que mais corresponda aos princípios de incerteza de Keynes.

2.2. DUGGER E A HISTÓRIA COMO *BLIND DRIFT*

A enorme corrente que sucedeu Veblen, Commons e Mitchell assumiu diferentes matizes conceituais e metodológicas, nem sempre compatíveis, que foram agrupados de diversas maneiras. Samuels (1995) aglutinou-os nos seguintes grupos: a velha tradição institucionalista norte-americana, os “novos” institucionalistas neoclássicos, os jovens institucionalistas norte-americanos, e os institucionalistas europeus (evolucionários, regulacionistas e a tradição austríaca). William Dugger vê a NEI como um corpo estranho à referida linha de pensamento. Para ele, há grande conciliabilidade entre Veblen e Marx e quase absoluta incomunicabilidade com os neoclássicos. Samuels julga que a tradição institucionalista não só é totalmente compatível, como também se confunde tanto com a tradição marxista, quanto com o neoclassicismo. Dugger designa o institucionalismo de Veblen e Commons de “institucionalismo radical” e Samuels de “antigo institucionalismo norte-americano”.

Para William Dugger (1988) os principais pontos da abordagem de Veblen são: visão da economia como um processo, e não como busca do “equilíbrio”; existência de uma certa “irracionalidade socializada” que, freqüentemente, subjuga uma virtual “solidariedade das classes exploradas”; poder e *status* combinam com mito e autoridade para sustentar a tirania; igualdade como essencial a uma vida digna; valor e ideologia são importantes e dão sustentação à “democracia participativa”; e preferência à transformação radical em relação ao ajustamento incremental.

Em Dugger, a origem do termo “institucionalista” – histórica, metodológica, conceitual e também política – é resgatada a partir do sentido a ele atribuído na contribuição de Veblen. Ao assim proceder, observa-se enorme proximidade teórica e conceitual com o marxismo e profunda divergência em relação ao chamado “novo institucionalismo”¹⁹. A

any point the outcome of the last process”. A própria ciência tinha, para Veblen, uma conotação não-estática ou equilibrada, com forte identidade metodológica ao evolucionismo. Em 1899, ele escreveu que “*The life of man in society, just as the life of other species, is a struggle for existence, and therefore it is a process of selective adaptation. The evolution of social structure has been a process of natural selection of institutions*” (Veblen, 1899, p.188).

¹⁹ Para Dugger (1988, p.1): “*Radical institutionalism, though not as developed as its cousin, Marxism, is also a profoundly critical theory of industrial capitalism. Radical institutionalism is based on the works of Thorstein Veblen and, to a much lesser extent, on the works of John R. Commons. (...) Radical institutionalism is not*

proximidade a Marx e a conseqüente crítica ao *status quo* é a razão principal que leva o *mainstream* a ignorar a contribuição dos institucionalistas radicais. Veblen, assim como Marx, acreditava que a mudança fundamental no capitalismo era condição necessária para trazer igualdade entre os homens, e esta igualdade somente ocorreria em um sistema baseado no controle comunitário da economia, tendo como referência a produção comum, ao invés de estar fundada no lucro privado. Esta mudança, entretanto, não seria possível no curto prazo, tornando Veblen – ao contrário de Marx, que julgava possível a transformação histórica pela “revolução social” – um autor profundamente pessimista. Para ele, a história “evolui” enquanto um processo “absurdista”, com uma trajetória “cega”, inexistindo qualquer movimento dialético, que leve a rupturas pré-estabelecidas (ou redentoras), muito menos a qualquer processo determinístico de “progresso”.

Este fato, entretanto, não impede que a tradição institucionalista seguidora de Veblen – comumente também designada de “velho” institucionalismo (Hodgson, 1993) –, reitere que as diferenças entre Veblen e Marx sobre a natureza do processo histórico (se absurdista ou dialético), não implicam em incompatibilidade entre as duas escolas. A conciliação entre ambas é possível, na medida em que estabelecem críticas comuns e semelhantes à ortodoxia tanto clássica, quanto neoclássica, não havendo qualquer desavença filosófica ou empírica básica com o marxismo²⁰, embora rejeite a noção de dialética, como método para se interpretar a história, e repudie a teoria marxista do valor.

Observe-se que o termo *blind drift* corresponde à expressão “evolucionária” de “cegueira de processo evolutivo natural” (Hodgson, 1993). Em realidade, a “cegueira” é fruto ou parte de um processo de permanente mudança e adaptação, realizada em meio à incerteza. A idéia de **processo** explicita uma compreensão do desenvolvimento da atividade econômica como algo não-dirigido ou convergente à qualquer situação pré-estabelecida ou ideal de equilíbrio. Os institucionalistas opõem a noção de processo à de equilíbrio, querendo com isso delimitar campos teóricos diferenciados. Em Veblen, a noção de processo está sempre associada à de causação circular, formando ambos o sustentáculo do funcionamento da atividade econômica. Tais características permitem a inclusão de pensadores como Marx, Keynes e Schumpeter como próximos a Veblen, neste particular.

Institucionalistas contemporâneos, como Samuels e Dugger, afirmam que está em formação um *paradigma institucionalista* centrado na referida noção de processo, por alguns também designado *paradigma processual*²¹. Portanto, para Veblen (1919, p.416), o processo

based on the labor theory of value, but does share with Marxism certain critical points in relation to neoclassical economic theory. (...) It has nothing in common with the so called “new institutionalism” of Oliver E. Williamson. The radical institutionalism of Thorstein Veblen is a full-fledged paradigm, one which stands on its own as an independent school of thought”.

²⁰ Reconhecendo Marx como talvez o maior e o mais radical dos economistas clássicos, afirma Dugger (1988, p. 3): “*Veblen ridiculed this orthodox belief in an inevitably benevolent outcome of capitalism as unwarranted fiction, as teleology – first cousin of theology. The economy was not an equilibrium, the nature of which was benevolent. In his critique of orthodoxy, Veblen insisted that the economy was a process, the end of which was neither benevolent nor malevolent, outside of the human angle used to interpret it (Veblen 1919:56-147). So although Veblen proposed his theory of process to replace the orthodox theory of equilibrium, this theory of process can also be opposed to the Marxist theory of dialectic, if the dialectic ends in an inevitable consummation. For Veblen, history was absurd, not dialectic.*”

²¹ Segundo Dugger (1988, p.4), os institucionalistas construíram um “paradigma processual” para explicar o comportamento humano nos sistemas econômicos como subordinados (*embedded*) às circunstâncias culturais vigentes. Tais circunstâncias e processos poderiam ou não originar resultados benevolentes para a sociedade. O

de mudança cumulativa na estrutura social se realiza por meio de uma “seqüência cumulativa” de causação, mas de forma não-teleológica, não implicando necessariamente progresso²². A preocupação explícita de Veblen era com uma “teoria do absurdo”, capaz inclusive de dar sustentação à formação de instituições que atrapalhassem o “avanço” do processo em alguns ou vários segmentos (*imbecile institutions*), podendo significar “processo de mudança para pior”²³. Gunnar Myrdal reformulou este argumento sob a forma de “teoria da causação cumulativa”, onde determinado processo termina por agravar a situação dos debilitados, como no caso do “círculo vicioso da pobreza”.

Os institucionalistas radicais, ao raciocinar dentro do “paradigma processual”, rejeitam a definição de economia como ciência preocupada com a maneira pela qual os seres humanos utilizam recursos escassos para satisfazer suas necessidades ilimitadas. Ao invés disso, definem economia como “ciência do abastecimento social”, onde as necessidades e os recursos humanos são produto de *processos sociais*, que são historicamente determinados e qualitativamente dependentes do progresso tecnológico. Rejeitam definir economia pela ótica da *escassez* e *desejos ilimitados*, porque ambos são resultantes de circunstâncias sociais que as produzem *historicamente*, não se tratando, portanto, de fenômenos “dados” – e independente das condições sociais, históricas e culturais –, como o faz a tradição ortodoxa.

O conceito de *absurdity*, central para a análise de Veblen, traz as seguintes implicações sobre sua visão histórica: ela é opaca, absurda, porque não apresenta qualquer tendência benevolente em sua trajetória futura; logo, o curso da ação humana mais parece um vôo cego (*blind drift*) do que um projeto a ser perseguido. Portanto, como a história não tem qualquer significado, os homens podem ou não fazer sua própria história, mas normalmente não conseguem fazê-la. Assim, por não possuir qualquer projeto, desígnio ou destino – quer de natureza divina, quer dialética – fora de uma seqüência “opaca” de causa e

que Veblen estava tentando construir era uma teoria do processo econômico, assentado em nada mais do que “fatos opacos”.

²² Para Veblen (1919, p.416): “... a concept of a process of cumulative change in social structure and function; but this process, being essentially a cumulative sequence of causation, opaque and unteleological, could not, without an infusion of pious fancy by the speculator, be asserted to involve progress as distinct from retrogression or to tend to a “realisation” or “self-realisation” of the human spirit or of anything else.”

²³ Para Veblen (1964; *apud* Dugger, 1988, p.4): “But history records more frequent and more spectacular instances of the of imbecile institutions over life and culture than of peoples who triumph have by force of instinctive insight saved themselves alive out of a desperately precarious institutional situation, such as now (1913) faces the peoples of Christendom.”

efeito, o “absurdo”, a ela inerente, permite a existência de *imbecile institutions*.²⁴

Os institucionalistas radicais defendem mudanças radicais – que se opõem irreconciliavelmente à análise neoclássica do equilíbrio –, pois vêem a economia como um “processo contínuo”, reiterando a necessidade da análise econômica vincular-se a um programa econômico. Ou seja, há uma unidade ação/teorização, que envolve a reestruturação do capitalismo, e não a benevolência com o mecanismo automático de mercado. Como o mercado não serve para atender o bem-estar da população, é necessário que os homens *planejem* uma ação para tanto. A rejeição do automatismo de mercado e do equilíbrio implica mais que um ajustamento (incremental) institucional, mas sua própria substituição (radical). Nesse sentido, a constatação de que igualdade e democracia passam por um plano e não por pequenos ajustamentos nas instituições.

2.3. SAMUELS E A INEXISTÊNCIA DE EQUILÍBRIO ÓTIMO

Warren Samuels vê a “economia institucional” como uma alternativa não-marxista²⁵ ao neoclassicismo dominante no *mainstream*, caracterizado por uma variedade de abordagens, que podem ser aglutinadas segundo alguns pontos de confluência. A proposição de um “paradigma institucionalista” visa identificar os elementos e crenças comuns, que operam em níveis teóricos e práticos semelhantes, sem, entretanto, deixar de distinguir as várias aplicações específicas. O primeiro ponto desta abordagem é o do papel do mercado como mecanismo guia da economia, ou, mais amplamente, a concepção da economia enquanto organizada e orientada pelo mercado. Questiona-se se é verdade que a escassez de recursos é alocada entre usos alternativos pelo mercado. Para os institucionalistas, a real determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela estrutura organizacional da sociedade: em resumo, pelas suas instituições; o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes (Samuels, 1995, p.571).

Outra preocupação dos institucionalistas é com a organização e controle da economia, enquanto sistema mais abrangente e complexo do que o mercado. Isto implica reconhecer a importância da: (i) distribuição de poder na sociedade; (ii) forma de operação dos mercados (enquanto complexos institucionais em interação uns com os outros); (iii) formação de conhecimento (ou do que leva ao conhecimento em um mundo de radical indeterminação sobre o futuro); e (iv) determinação da alocação de recursos (nível de renda agregada, distribuição de renda, organização e controle), onde também a cultura geral seja uma variável tanto dependente, como independente (idem, p.571).

²⁴ Saliente-se que, para John R. Commons, a história não segue a trajetória “absurdista” apregoada por Veblen, pois é uma seqüência contínua de ações e reações humanas, decorrentes da sua própria natureza, que assim age e reage. Desta forma, a história é produto do que os homens fazem, gerando um efeito cumulativo de ação, conflito e mudanças nas regras. Assim, para Commons, a história humana constitui um permanente processo de planos e reformas que induzem à ação humana.

²⁵ Mesmo reiterando o caráter não-marxista do pensamento institucionalista, Samuels acredita que ambas não são mutuamente exclusivas. Para ele (*op.cit.*, p.570): “Some institutionalists consider their approach to be mutually exclusive with neoclassicism, whereas others, including this writer, consider institutionalism and neoclassicism to be supplementary. Some institutionalists consider their approach to be mutually exclusive with Marxism, whereas others, including this writer, consider institutionalism and Marxism as having significant areas of overlap. There has been considerable diversity within institutional economics. Such heterogeneity is not pathological. It is a sign of richness and ferment.”

Um terceiro aspecto é que há nos institucionalistas várias críticas ao neoclassicismo, embora Samuels (1995) julgue que exista uma certa complementariedade entre ambos, com notáveis contribuições dos últimos quanto ao funcionamento do mercado. Para os institucionalistas, a principal falha do pensamento neoclássico está no “individualismo metodológico”, que consiste em tratar indivíduos como independentes, auto-subsistentes, com suas preferências dadas, enquanto que, em realidade, os indivíduos são cultural e mutuamente interdependentes, o que implica analisar o mercado do ponto de vista do “coletivismo metodológico”. A oposição ao “individualismo metodológico” se dá porque o mesmo se assenta em pressupostos que falseiam a complexa, dinâmica e interativa realidade econômica, que pouco tem a ver com a racionalidade otimizadora de equilíbrio. Ao criticar a natureza estática dos problemas e modelos neoclássicos,²⁶ reafirmam a importância em se resgatar a natureza **dinâmica** e **evolucionária** da economia. Como há no pensamento neoclássico uma tendência em minimizar qualquer possibilidade de mudança nas instituições, ele se opõe aos institucionalistas, que não aceitam a “panglossiana conclusão” do “qualquer que seja, é ótimo”, pois para os últimos a estrutura de poder afeta a formação e *performance* dos mercados e a ação governamental.²⁷

A partir destas considerações Samuels propõe o “paradigma institucionalista”, como centrado em três dimensões: (i) crítica à organização e *performance* das economias puras de mercado, por considerá-las mera abstração; (ii) geração de um substancial “corpo de conhecimento”²⁸ em uma variedade de tópicos; e (iii) desenvolvimento de um *approach* multidisciplinar para resolver problemas.

Estas considerações precisam, com relativa amplitude, o campo de pesquisa institucionalista. Todas as abordagens, apesar de diferentes nuances, revelam um ponto em comum: a negação do funcionamento da economia como algo estático e regulado pelo mercado na busca de um equilíbrio ótimo. A réplica do *mainstream* à contundente crítica dos institucionalistas fundamenta-se em que, se a mesma não existisse, o respectivo campo analítico estaria completamente vazio, por não possuir qualquer conteúdo teórico consistente. Julga-se, ao contrário, que se está avançando rumo à constituição de uma alternativa ao *mainstream*, com avanços na teorização da economia enquanto processo dinâmico, interativo, sem ênfase na noção de equilíbrio, onde as decisões econômicas – na esfera da firma ou no meio ambiente institucional – são tomadas sob incerteza. A corrente evolucionária é um exemplo destes avanços.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁶ Samuels (1995, p.572) afirma que: “... *the categories of neoclassical analysis are largely formally logical and therefore substantively empty, and cannot properly be applied to the real world without additional assumptions, assumptions which willy nilly determine how markets form, operate, and generate results*”.

²⁷ Samuels (1995, p.572) enfatiza que as análises institucionais incorporam mercados, instituições, bem como a análise das forças sociais que condicionam sua formação e o exercício da escolha individual. A economia, portanto, é compreendida como um sistema que engloba mais do que o mercado, pois sustenta a evolução sistêmica, implícita na mudança institucional e tecnológica.

²⁸ O “corpo de conhecimento” institucionalista é constituído de oito itens, como o papel socialmente ativista das instituições, controle social da economia de mercado, ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico, ênfase no papel dual da cultura em um processo da “causação cumulativa”, e reconhecimento de que a estrutura de poder gera relações sociais marcadas pela desigualdade e hierarquia. Para uma discussão desses pontos vide Conceição (2000).

O que se procurou demonstrar neste artigo é que, mesmo tratando de referências conceituais distintas, tanto os pós-keynesianos, quanto os institucionalistas, estabelecem um marco de referência à compreensão da dinâmica capitalista impossível de ser concebido sem o conceito de incerteza. Como se viu, o respectivo conceito, mesmo não sendo claramente explicitado, como o faz a tradição pós-keynesiana, aparece implícito nos institucionalistas, através das noções de “cegueira” do processo evolucionário, da concepção do processo histórico como *blind drift*, e da rejeição a qualquer perspectiva convergente ao equilíbrio ótimo. Em todos os casos, a despeito da existência de (saudáveis) divergências teóricas e analíticas, há uma firme oposição à compreensão da atividade econômica como algo passível de “estabilidade” ou convergência a qualquer posição de equilíbrio de longo prazo, o que somente seria possível sem a presença de **instituições** e de **incerteza**. Tal possibilidade, de tão remota, somente teria sentido lógico e teórico, em um mundo esvaziado de qualquer conteúdo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDIM DE CARVALHO, F. (1992). **Mr. Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy**. Aldershot, Edward Elgar.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. (2000). **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, (mimeo).
- DAVIDSON, P. (1994). **Post Keynesian Macroeconomic Theory**. Aldershot, Edward Elgar.
- DEQUECH, D. (1998). **Rationality and Institutions under Uncertainty**. Ph.D. Thesis. Cambridge, University of Cambridge, pp.200.
- DUGGER, William (1988). Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20.
- DUGGER, William (1990). The New Institutionalism: New But Not Institutionalist. **Journal of Economic Issues**. v. 24, n. 2, p. 423-431, June.
- DUGGER, William M. (1995). Veblenian Institutionalism: The Changing Concepts of Inquiry. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 4, p. 1013-1027, December.
- HODGSON, Geoffrey M. (1993). Institutional Economics: Surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, v. 44, n.1, p. 1-28.
- HODGSON, Geoffrey M. (1996). Varieties of capitalism and varieties of economic theory. **Review of international Political Economy**. v. 3, n. 3, p. 380-433, Autumn.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998a). The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, p. 166-192, March.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998b). On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 22, p. 415-431.
- KEYNES, J.M. (1964). **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York, Harcourt Brace.
- _____. (1973a). **A Treatise on Probability**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.VIII).
- _____. (1973b). **The General Theory and After: preparation**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.XIII).

- _____. (1973c). **The General Theory and After: defence and development**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.XIV).
- KNIGHT, F.H. (1921). **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston, Houghton-Mifflin.
- MINSKY, H. (1975). **John Maynard Keynes**. New York, Columbia University Press.
- MINSKY, H. (1996). Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economics. **Journal of Economics Issues**. v. XXX, n. 2, p. 357-368, June.
- NELSON, Richard & WINTER, Sidney G. (1982). **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- SAMUELS, Warren J. (1995). The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics** 19, p. 569-590.
- SIMON, H. (1983). **Reason in Human Affairs**. Stanford, Stanford University Press.
- VEBLEN, Thorstein (1998). Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**. v. 22: pp. 403-414. Originalmente publicado em 1899.